

OS CAMINHOS DO SINDICALISMO NOS ANOS 2000

José Dari Krein e Hugo Dias¹

Resumo

O artigo pretende desenvolver um balanço preliminar sobre a situação do sindicalismo brasileiro, entre 2003 e 2013², cuja atuação tem contribuído para a melhoria dos indicadores laborais, mas que se encontra na encruzilhada entre o avanço e fortalecimento da sua pauta corporativa e a necessidade de (re)construir um protagonismo social mais amplo, incorporando as novas demandas colocadas e se aproximando das novas formas de mobilização social. O texto procura fazer um exercício a partir do debate na literatura internacional sobre a revitalização sindical, analisando o sindicalismo a partir de 5 dimensões: institucional/organizativa, filiação/representatividade, econômica, política e societal.

Introdução

O presente artigo tem a finalidade de trazer alguns elementos para a análise da experiência do sindicalismo brasileiro, entre 2003 e 2013, a partir do debate presente na literatura internacional sobre a revitalização sindical. Parte-se da hipótese de que, embora a sua atuação tenha contribuído para a melhoria dos indicadores laborais, este se manteve na encruzilhada entre o avanço e fortalecimento da sua pauta corporativa e a necessidade de (re)construir um protagonismo social mais amplo, incorporando as novas demandas colocadas e se aproximando das novas formas de mobilização social. Noutras palavras, durante o período em causa, é possível constatar a persistência de dinâmicas contraditórias, em que por um lado, diversos indicadores apontam para o fortalecimento da instituição sindicato, enquanto que por outro, este perde força na sociedade brasileira, como principal agente vocalizador de todas as questões relacionadas com o mundo do trabalho e com a classe trabalhadora em sentido amplo.

1. Professores do Instituto de Economia da UNICAMP e Pesquisadores do CESIT/IE. É também parte da pesquisa do projeto temático nº 2012/20408-1: "Contradições do Trabalho no Brasil Atual. Formalização, precariedade, terceirização e regulação" e do Projeto "Sindicalismo no século XXI: desafios e experiências de revitalização sindical", em conjunto com a Central Única dos Trabalhadores; Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho; Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Centro de Solidariedade da AFL CIO no Brasil - Solidarity Center; Fundação Friedrich Ebert e Instituto Observatório Social. Agradecemos aos pesquisadores dos dois projetos a possibilidade de discutir diversos elementos do presente texto.

2 O artigo não analisa as ações e estratégias sindicais mais recentes, quando assume uma nova dimensão de realização de mobilizações e articulações com outros movimentos sociais na defesa da democracia e dos direitos sociais.

O texto está estruturado em duas partes. A primeira rastreia, de forma breve, a geometria desigual da crise e da revitalização do sindicalismo e a gênese dos debates sobre a revitalização sindical. Apresenta-se ainda um quadro síntese, retirado da obra coletiva coordenada por Frege e Kelly (2004), em torno das quatro dimensões de revitalização sindical por si identificadas (filiação, institucional, econômica e política), às quais os autores acrescentaram uma quinta dimensão, com a designação de societal.

Por fim, promove-se uma aproximação à situação específica brasileira. Com base no modelo de análise exposto – que permite impulsionar o desenvolvimento de estudos comparados do sindicalismo entre países – desenvolve-se a noção de que, apesar de se terem verificado progressos ao nível das diversas dimensões de revitalização, subsistem sinais de uma crise de projeto na medida em que o sindicalismo brasileiro tem perdido protagonismo social mais amplo no período analisado. São, pois, sobre as dimensões institucional e societal, que recaem dúvidas e incertezas sobre a possibilidade da sua revitalização.

A geometria desigual da crise e da revitalização sindical

O vocábulo “crise” é amplamente utilizado na abordagem de grandes transformações sociais. Se se considerar esta noção enquanto “ruptura de equilíbrio entre diversas componentes” (DUBAR, 2006: 14), as principais transformações ocorridas na esfera econômica, política e produtiva nas últimas décadas, modificaram a relação histórica específica entre capitalismo, Estado e democracia que vigorou nos países capitalistas avançados no pós- guerra. O propósito de desincrustar o mercado de todas e quaisquer amarras, quer à escala nacional, quer à escala global, alterou um equilíbrio (precário) prévio, o que colocou pressão externa sobre uma das suas componentes, ou seja, sobre o sindicalismo enquanto movimento social, ator político e instituição característica da sociedade industrial e capitalista.

De um modo geral, a ordem econômica e política construída a partir da crise de 1970 operou mudanças significativas nas bases de poder do trabalho organizado (DIAS e FERNANDES, 2016: 39-43), criando uma situação desfavorável para a ação coletiva num contexto de hegemonia do neoliberalismo e de uma nova geografia produtiva e morfologia da classe trabalhadora (ANTUNES, 1995; DIAS, KREIN e COLOMBI, 2015). Uma parte substancial da literatura sobre o sindicalismo assumiu um vaticínio fatalista e finalista que associou a transição para sociedades “pós-industriais” e “pós-fordistas” ao “declínio histórico do sindicalismo” (RODRIGUES, 2002; BOITO JR., 2003; BOITO JR. e MARCELINO, 2010). No entanto, uma crise é inerentemente um processo em aberto, cujo desenlace não será necessariamente fatal para o sujeito afetado.

Os sindicatos das economias liberais de mercado (HALL e SOSKICE, 2001), dentro dos países capitalistas avançados, são os primeiros a sofrer o embate da viragem neoliberal, e conseqüentemente, será nestes países que se desen-

volverão inicialmente os debates sobre a revitalização sindical. O exemplo dos Estados Unidos é, desse ponto de vista, paradigmático. A partir dos anos 1980, em um contexto de ofensiva do capital e de globalização, os sindicatos enfrentavam uma tripla ameaça: reestruturação econômica, crescente hostilidade patronal e a administração Reagan. As táticas tradicionais do sindicalismo revelaram-se débeis face à crescente oposição empresarial, e, no curto prazo tal não implicou uma mudança substancial de estratégia. Em 1989 é criado o “Organizing Institute”, mas é sobretudo a partir de 1995, com a eleição de John Sweeney como presidente da AFL-CIO, que se começam a experimentar alternativas à prática tradicional de sindicalismo de serviços sob a designação de “organizing” (HURD, 1998; VOSS e SHERMAN, 2000). A procura de alternativas também irá se expandir gradualmente para os países das economias coordenadas de mercado (HALL e SOSKICE, 2001), onde as consequências destas transformações começavam também a ser sentidas.

É neste contexto que se desenvolvem debates sobre a renovação e revitalização sindical que, marcados por uma pluralidade de visões e orientações teóricas, sugerem uma nova estratégia de ação que expandia o sindicalismo para fora do seu campo tradicional de atuação, isto é, relações de produção e escala nacional. A orientação de alargamento do campo de intervenção (WEVER, 1998), enfatiza a necessidade de os sindicatos procurarem organizar os trabalhadores excluídos dos tradicionais fóruns das relações industriais, promovendo alianças com outras organizações, procurando organizar e representar novos membros e novos interesses que ultrapassassem os tradicionais temas da negociação coletiva.

A noção de sindicalismo de movimento social constituiu uma referência no seio deste debate. Autores como Peter Waterman interpretam a crise sindical como a crise de um determinado tipo de sindicalismo, a saber, industrial/nacional, característico da relação salarial fordista e que demonstrou dificuldades em responder ao aceleração dos processos de globalização econômica. Este e outros acadêmicos procuraram de alguma forma respostas através da tentativa de compreensão da emergência de movimentos sindicais militantes, em diferentes regiões da economia mundial, mais concretamente em países como a África do Sul e o Brasil a partir dos anos 70, ou as Filipinas e a Coreia do Sul nos anos 80 (LAMBERT e WEBSTER, 1988; SCIPES, 1992; WATERMAN, 1993; SEIDMAN, 1994).

De fato o que estava em causa era aprender como atuar num contexto laboral muito mais desestruturado. Os sindicatos dos países do Norte, tendo beneficiado da relação salarial fordista, no pós-guerra, começam a enfrentar dificuldades em conseguir representar e organizar uma classe trabalhadora crescentemente fragmentada, heterogênea e precarizada, algo que constituía uma variável estrutural e estruturante da classe trabalhadora dos países do Sul Global. Assim, a experiência do Sul servirá de inspiração para a revitalização da ação sindical nos países do Norte. Algumas obras e autores, ainda durante a década de 1990, procurarão identificar características deste perfil em diferen-

tes sindicatos como os *Canadian Auto Workers Union* ou na Campanha *Justice for Janitors* nos Estados Unidos (MOODY, 1997).

Um elemento importante consiste na percepção de que os sindicatos, com ideologias e identidades específicas, inseriram-se em sistemas de relações laborais (nacionais) com trajetórias históricas singulares. Embora esses arranjos institucionais não sejam por essência permanentes, possuem uma incrustação social e histórica (EBBINGHAUS e VISSER, 2000) influenciando de forma determinante o sindicalismo, pois são constitutivos de diferentes estruturas de oportunidades, e conseqüentemente de diferentes repertórios de ação sindical. A interação entre as estratégias do Estado e dos empregadores, instituições das relações industriais e identidades sindicais em cada contexto nacional, bem como as lutas em torno de determinadas práticas nacionais funcionam como instâncias mediadoras das pressões “externas” globalizadoras. Assim, se existem diversos tipos de problemas que afetam os sindicatos, geram-se também diferentes desafios e fontes de revitalização diversificadas (HYMAN, 2001; HYMAN et al., 2015; DIAS, KREIN e COLOMBI, 2015).

O estudo coordenado por Carola Frege e John Kelly (2004), fornece um quadro de análise incontornável para o estudo comparado das experiências de revitalização sindical. Identifica, por um lado, as dimensões de revitalização com as quais os sindicatos lidam quando encetam processos de mudança estratégica; por outro, seis tipos de estratégias que têm sido utilizadas na prossecução desses objetivos: organização e recrutamento de novos membros (organizing), parceria sindicatos-empregadores, ação política, reforma das estruturas sindicais, construção de coligações e solidariedade internacional. A relação entre dimensões e estratégias não é totalmente linear, pois uma estratégia pode procurar lidar com várias dimensões de revitalização (FREGE e KELLY, 2004a: 33).

As quatro dimensões de revitalização sindical definidas por Behrens, Hamann e Hurd (2004) constituirão o referencial de análise da atual situação do sindicalismo brasileiro - institucional, filiação, econômica e política: a dimensão “institucional” é básica na medida em que considera as suas estruturas organizacionais e de governança, o seu funcionamento interno e a capacidade de se ajustar a novos contextos e desenvolver novas estratégias; a dimensão filiação diz respeito ao reforço da legitimidade, representatividade e poder negocial através do aumento do número absoluto de associados, da taxa de sindicalização e da diversificação da sua composição interna acompanhar as modificações na força de trabalho; a dimensão econômica centra-se na capacidade de obtenção de melhorias salariais e de outros benefícios, e do seu impacto mais geral na distribuição da riqueza; e a dimensão política à interação com atores nos diversos níveis de governo e em três arenas de atividade (eleitoral, elaboração de legislação e sua implementação) de forma a aumentar a eficácia e influência no processo de elaboração de políticas públicas por meio da participação em negociações de pactos sociais ou pela mobilização coletiva via greves políticas.

Tabela 1 – Dimensões da Revitalização Sindical

Dimensão	Descrição	Indicadores	Relevância
Filiação	Reforço da legitimidade, representatividade e poder negocial	número absoluto de membros	Aumento de recursos sindicais (materiais e humanos)
		densidade sindical	Aumento de poder sindical ao nível da empresa ou setor
		composição interna	Acompanhar as modificações na força de trabalho, procurando representar a sua crescente diversidade (mulheres, imigrantes, part-time, trabalhadores temporários)
		atitudes e expectativas dos membros existentes	Mobilizar membros para que mudanças tenham maior probabilidade de sucesso
Econômica	Obtenção de melhorias salariais e de benefícios, e impacto mais geral na distribuição da riqueza	Desenvolvimento de novas técnicas, fora da negociação coletiva	Aumentar alavancagem econômica.
		Modificação de estruturas deficientes de negociação	
		Redefinição do papel do sindicato no processo negocial	
Política	Interação com atores nos diversos níveis de governo e em três arenas de atividade.	Eleitoral	Assegurar a vitória de candidatos e/ou partidos aliados.
		legislação	Aumentar a eficácia e influência no processo de elaboração de políticas públicas através da participação em negociações de pactos sociais ou pela mobilização coletiva via greves políticas
		Implementação	Contribuir para o cumprimento da legislação relevante através de fiscalização, pressão e recurso aos tribunais
Institucional	Mudanças na organização e funcionamento interna	Estruturas organizacionais e governação	capacidade de se ajustar a novos contextos e desenvolver novas estratégias de revitalização
		Funcionamento interno	
Societal	modalidades de relacionamento com a sociedade em geral.	Ideológico	Desafiar a hegemonia ideológica e influenciar o debate de ideias
		Confiança	Melhorar a imagem pública em geral e nos seus “públicos-alvo”
		Aliança/Coligação	Reforço mútuo de causas comuns, acesso a novos públicos

Fonte: Behrens, Hamann e Hurd (2004) e elaboração dos autores e em discussão com os grupos de pesquisas citados na nota de referência 1.

Acrescentaremos uma quinta dimensão, à qual se atribuirá a designação de societal, que comporta as modalidades de relacionamento que os sindicatos estabelecem com a sociedade em geral e divide-se em três elementos: ideológico, confiança na instituição sindicato e construção de alianças sociais. Relativamente ao elemento ideológico, concebe-se a luta pela organização sindical como uma luta que procura desafiar “a hegemonia das ideias e valores neoliberais com visões alternativas sobre como alcançar a justiça social e mais democracia” (FREGE e KELLY, 2004b: 194).

O elemento confiança na instituição sindicato relaciona-se com a imagem que a opinião pública em geral possui sobre estas organizações, e que

exprimem não só atitudes de maior ou menor confiança na instituição bem como de práticas de maior ou menor proximidade em relação a esta. Por fim o elemento construção de alianças diz respeito à análise do tipo de conexões que os sindicatos estabelecem com outros setores da sociedade civil, quer sejam movimentos sociais, portadores de causas materialistas ou pós-materialistas, ou outras organizações, como ONGs que lidam com os temas da pobreza, da desigualdade e do trabalho.

As tendências contraditórias do caso brasileiro

O (novo) sindicalismo brasileiro, conforme foi referido anteriormente, é considerado, por alguns autores, como uma referência para a discussão da revitalização sindical. De fato, nos anos 1980 observa-se uma forte ascensão do sindicalismo no país, uma contra tendência em relação ao que se verificava nos países centrais. No entanto, a partir dos anos 1990, os estudos apontam para um arrefecimento da capacidade de ação coletiva, com uma deterioração dos indicadores sindicais, em contexto de desestruturação do mercado de trabalho, de inserção do país na globalização, de adoção de políticas ancoradas no Consenso de Washington e de flexibilização das relações de trabalho. O sindicalismo persiste, mostrando capacidade de ação, mas perde densidade e força na sociedade.

Dimensão institucional e organizativa

A regulamentação do arcabouço legal e das instituições dos sindicatos é caracterizada por uma ambiguidade. Por um lado, a organização sindical é enquadrada por uma regulamentação detalhada e tutelada pelo Estado, definindo as categorias profissionais e econômicas, impedindo a concorrência (princípio da unicidade), criando um sistema hierarquizado e confederativo, exigindo o reconhecimento estatal para a entidade exercer as prerrogativas sindicais. Mas, por outro lado, esta regulamentação confere reconhecimento e condições para as entidades sindicais se estruturarem. Tanto assim que, apesar das críticas à limitação trazida pelo controle estatal, a opção de praticamente todas as correntes político-sindicais foi de utilizar a estrutura oficial para, por meio dela, desenvolver as lutas dos trabalhadores.

Esta estrutura se mostra muito flexível, com capacidade de adaptação a diferentes contextos históricos (CARDOSO, 2003), passando a servir tanto para o movimento sindical tornar-se, por exemplo, um agente político importante em momentos históricos – como ocorreu no processo de redemocratização do país –, quanto para reprimir, calar e controlar os sindicatos, em momentos políticos desfavoráveis aos trabalhadores. Ou seja, a mesma regulamentação pode ser utilizada para garantir uma série de salvaguardas para ação coletiva como para permitir a existência de entidades sem representatividade, que sobrevivem com as taxas compulsórias e a unicidade sindical.

Nos anos recentes, duas novas tendências foram se consolidando. Dife-

rentemente da experiência dos países avançados, agravou-se a pulverização e fragmentação sindical com a criação de novas entidades em todos os níveis: cresce o número de centrais (atualmente existem 12, sendo 6 oficialmente reconhecidas³), de estruturas de segundo grau e multiplica-se o número de sindicatos, passando de 10 mil para 16 mil, sendo 11 mil de trabalhadores, entre 1991 e 2001⁴. O cadastro de atualização sindical do MTE, embora não permitindo identificar a evolução do número de sindicatos, mostra a existência de 14.185 sindicatos filiados a centrais sindicais, incluindo as entidades em trâmite de registro e as atualizações inválidas. Além disso, há ainda, pelo menos, 2785 sindicatos de trabalhadores sem filiação e 5067 entidades patronais. Ou seja, embora não seja possível comparar as duas fontes de informação de forma a poder rastrear a evolução do número de entidades, a pulverização é evidente, com a existência de mais de 22 mil entidades sindicais no país⁵. A explicação para esta reside em vários fatores: na ambiguidade da estrutura sindical, na legislação de reconhecimento das centrais sindicais, na compreensão do judiciário pela prevalência da entidade mais específica e na reconfiguração do mercado de trabalho.

A segunda tendência foi a do sepultamento da reforma sindical. O Fórum Nacional do Trabalho, com composição tripartite e funcionamento entre 2003 e 2005, não conseguiu formular uma proposta alternativa de organização sindical. Como a reforma não avançou, duas medidas adotadas pelo Governo - reconhecimento das centrais sindicais e de suas estruturas paralelas e o repasse da Contribuição Sindical Obrigatória para as entidades sindicais de segundo grau - federações e confederações paralelas – e de servidores públicos - legitimaram a estrutura oficial e retiraram da agenda política nacional a discussão da reforma sindical. As medidas contaram com apoio das centrais sindicais reconhecidas.

Uma primeira consequência destas medidas foi a permanência de muitas entidades sindicais sem representatividade, como pode ser atestado pela ocorrência (depois de 2011) de um conjunto de greves e manifestações de trabalhadores sem a coordenação e até contra a direção do sindicato. A segunda foi a criação de um “mercado sindical” em que a disputa entre as Centrais por entidades sindicais se acirrou fortemente, pois cada novo sindicato criado ou filiado significa aumento da arrecadação do imposto sindical. Ou seja, estabeleceu-se uma corrida para criação de novas entidades, dado ser mais difícil ganhar entidades via eleições sindicais. A terceira consequência foi a criação de uma estrutura sindical esquizofrênica, em que prevalece o princípio da unidade sindical na base e pluralismo nas entidades de segundo e terceiro grau. Outro aspecto a ser destacado, em função do arcabouço legal, foi o não avanço

3 As centrais reconhecidas são: CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB. As centrais não reconhecidas são: CSP/CONLUTAS, Central do Brasil Democrática de Trabalhadores (CBDT), Central Unificada dos Profissionais Servidores Públicos do Brasil, União Geral dos Trabalhadores, Intersindical/Central da Classe Trabalhadora. Intersindical/Instrumento de Luta da Classe trabalhadora. Cf. <http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoFiliadosCS.asp>.

4 O IBGE não realizou uma nova pesquisa sindical depois de 2001.

5 Cf. <http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoFiliadosCS.asp>, dados de 04 de junho de 2015.

das iniciativas de unificação de sindicatos, de representação dos terceirizados e dos desempregados no período.

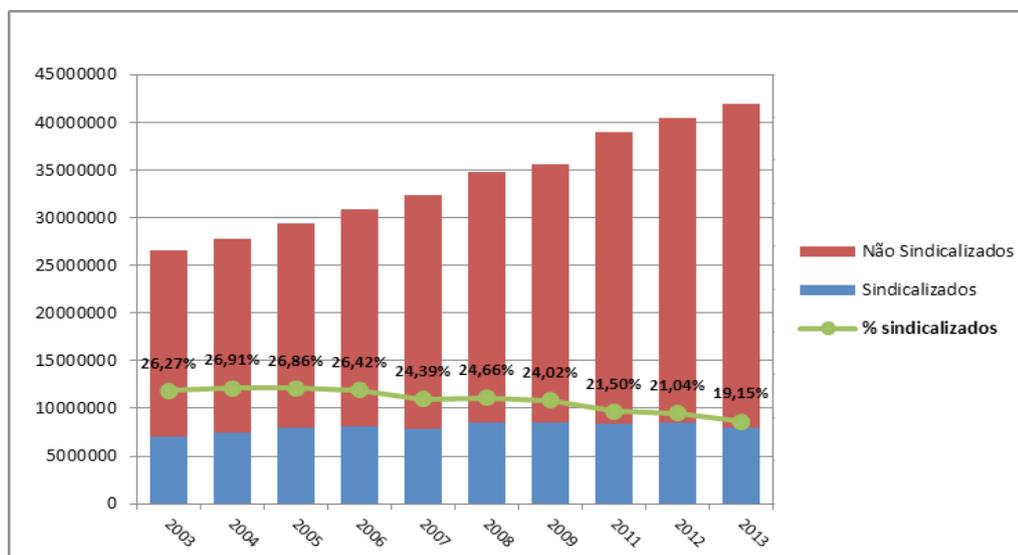
Em contraste, é possível levantar um conjunto de experiências de democratização da vida sindical, em que os trabalhadores são consultados na definição das estratégias sindicais. São, no entanto, experiências localizadas, não constituindo a realidade da maioria das entidades sindicais. Na mesma perspectiva de organização interna, existem muitos casos de criação de secretarias ou outros espaços organizativos para aglutinar segmentos específicos da categoria, tais como mulheres, jovens e grupos étnicos/raciais. Igualmente, no campo internacional, é crescente a participação nos fóruns e nas entidades gerais, assim como na articulação de redes sindicais por setor econômico e por empresa. Na mesma perspectiva, assinala-se um esforço de fortalecimento das organizações regionais das Américas e são crescentes os gestos de solidariedade internacional.

Em síntese, embora tenha havido um reforço dos recursos disponíveis para a atuação dos sindicatos, a estrutura vigente cria incentivos mais para a pulverização e persistência de muitas entidades sindicais burocráticas e esvaizadas, do que para a manutenção de entidades fortes e representativas congregando capacidade estratégica para processos de mudança organizacional com vista a se ajustar a novos contextos.

Dimensão da filiação e representatividade das entidades sindicais

No que diz respeito à dimensão da filiação, a sindicalização, embora tenha aumentado em termos absolutos, não conseguiu acompanhar a forte expansão do emprego no período. Assim, apesar do aumento do número de sindicalizados em cerca de 3 milhões, o número de ocupados elevou-se em 21 milhões, entre 2001 e 2013, segundo a PNAD. A taxa de sindicalização entre total dos ocupados ficou praticamente estável, mas caiu entre os assalariados com carteira de 26% para 19%. No embalo da primeira eleição de um presidente sindicalista o número de sindicalizados cresceu 29%, entre 2001 e 2005, uma taxa maior do que os ocupados, que aumentou 21% no período. Após 2005, a ocupação cresceu de forma mais intensa e a sindicalização perde força em termos relativos.

Figura 1 - Emprego formal* - Brasil (2003 - 2013)



Fonte: PNAD/ Elaboração Pedro Henrique Alcantara.

* Não inclui trabalho doméstico e funcionários públicos estatutários.

A sindicalização caiu nos segmentos e regiões com maior tradição sindical e cresceu nas regiões Nordeste e Norte que apresentaram maior dinamismo econômico, corroborando com Silver (2005). O seu crescimento foi igualmente maior entre as mulheres do que entre homens e mais significativo no campo, impulsionado também pelo papel dos sindicatos rurais na viabilização da aposentadoria dos agricultores. A estabilidade da densidade sindical entre os ocupados e sua queda entre os assalariados formais reside nas características do emprego gerado, fundamentalmente em setores com baixa tradição sindical.

Também é importante destacar dois aspectos adicionais: 1) o sistema legal institucional brasileiro não estimula a sindicalização, pois os trabalhadores têm acesso ao resultado da negociação coletiva sem precisar ser sócio e os sindicatos conseguem obter outras fontes de financiamento compulsórias sem ter associados; 2) os sindicatos não conseguem aglutinar os terceirizados, os desempregados e os informais. Os trabalhadores informais possuem organizações coletivas de representação em alguns segmentos - tais como os do comércio popular, transporte alternativo, entre outros - mas que, salvo raras exceções, estão fora das centrais, que representam fundamentalmente os assalariados formais.

Dimensão econômica

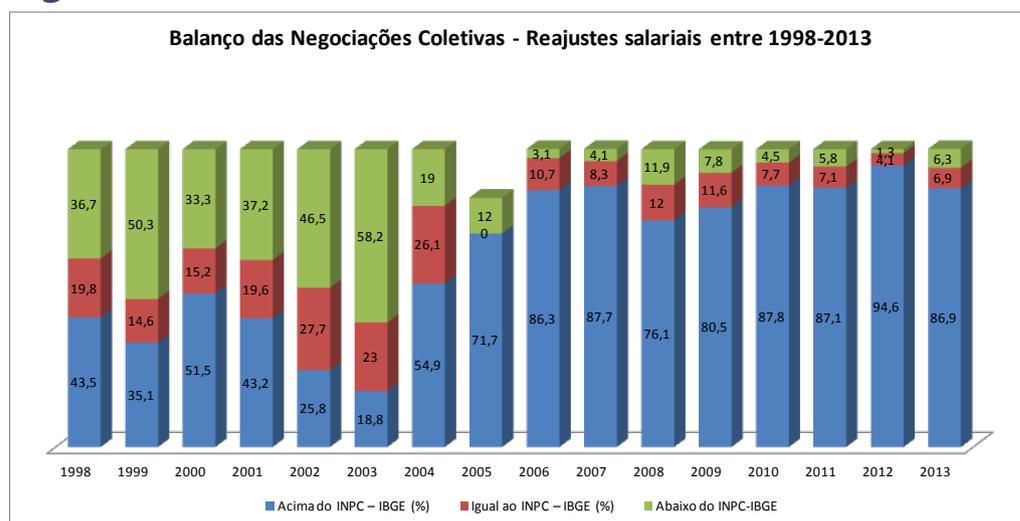
Durante o período em questão, o mercado de trabalho apresentou resultados favoráveis, com a queda do desemprego, aumento da formalização, recuperação dos salários médios e progressos na distribuição da renda do trabalho (BALTAR e KREIN, 2013). A melhoria destes indicadores está relacionada com: um contexto de maior crescimento econômico; a política de valorização do salário-mínimo (objeto de negociação entre o sindicalismo e o governo);

as políticas de retardamento na entrada dos jovens no mercado de trabalho; o resultado das negociações salariais. No entanto, pode-se afirmar que os avanços observados foram de alcance limitado, pois ainda tem-se um mercado de trabalho pouco estruturado e com grande desigualdade social. Estes avanços, embora não determinante, também foram resultantes da ação sindical.

Em geral, a agenda de flexibilização das relações de trabalho introduzida nos anos 1990 não foi revertida, e foi, em alguns casos, aprofundada, tais como na negociação da jornada e nas formas de contratação (terceirização, por exemplo). Em relação ao processo de negociação coletiva, continua ocorrendo uma crescente descentralização das negociações coletivas por setor mais específico, acompanhando a tendência de pulverização sindical e por empresa, fortalecendo uma agenda mais próxima da necessidade das empresas, especialmente em torno da flexibilização da jornada e do avanço da remuneração variável (KREIN e TEIXEIRA, 2014).

Ao nível da negociação coletiva, os progressos obtidos concentram-se sobretudo na questão da remuneração do trabalho. A título de exemplo, verifica-se uma nítida inflexão após 2004. A partir desse ano, mais de 80% das negociações salariais resultaram em pelo menos a reposição da inflação passada, e em 2012, 95% destas obtiveram algum tipo de aumento real (KREIN e TEIXEIRA, 2014). A remuneração variável também cresceu de forma expressiva na composição da renda anual dos assalariados nos setores mais organizados da economia, com a negociação da PLR (Participação nos Lucros e/ou Resultados).⁶

Figura 2



Fonte: SACC – Dieese – Painel de acompanhamento

Especialmente após a crise de 2008, verifica-se um crescimento da conflitualidade das relações de trabalho. Boito Jr e Marcelino (2010) mostram uma retomada do ciclo grevista nos anos recentes, o que se relaciona com a ten-

⁶ Há também alguma novidade nos temas relacionados com as relações sociais de gênero e contra todas as formas de discriminação. Os avanços estão circunscritos a um conjunto de cláusulas de proteção da maternidade reafirmando de certa forma o papel social das mulheres. Já no que se refere a desigualdades salariais e a segregações ocupacionais ou profissionais não se identificam avanços.

tativa por parte dos sindicatos de melhorarem o padrão de remuneração de sua base, em um contexto de maior dificuldade de avanço nas negociações, em função da diminuição do ritmo de crescimento econômico e elevação da inflação. A tabela abaixo evidencia a retomada das greves, tanto as greves defensivas quanto as ofensivas, em que 2013 é o ano de maior número de greves.

Tabela 3 - Total de greves na esfera pública e privada; Brasil 2003-2013

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	340	302	299	320	316	411	518	445	554	877	2050
Funcionalismo público	156	158	137	145	140	155	215	233	296	381	796
Empresas estatais	20	27	25	20	21	29	38	35	29	29	137
Esfera Privada	160	114	135	151	149	224	264	176	227	464	1106

Fonte: DIEESE. Elaboração própria

Dimensão política

A vitória de Lula representou uma esperança de parte expressiva do movimento sindical de reversão do quadro desfavorável dos anos 90. No entanto, o começo do governo Lula, dentro do contexto de crise econômica, foi muito conservador, especialmente em relação à política econômica e à agenda de debates no Poder Legislativo. Apesar de alguma ênfase na área social e no aumento do diálogo com atores sociais, a agenda de reforma da previdência social do setor público provocou importantes defecções na principal sindical do país (CUT), com a saída de diversos agrupamentos que demandavam uma postura mais crítica do governo. Parte importante do movimento sindical viveu um paradoxo, tendo que se situar entre a defesa do governo e das reivindicações dos trabalhadores que representava, conduzindo a um exacerbar das divergências. Além disso, a relação ficou caracterizada pela forte presença de quadros sindicais em diversos escalões do governo, desde os seus primeiros momentos, o que revela o grau de compromisso que se estabeleceu entre ambos (ARAÚJO e VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011).

A partir de 2005, e até 2010, a inflexão da política econômica – a partir de ensaios desenvolvimentistas e uma melhora dos indicadores do mercado de trabalho⁷ - propicia uma aproximação de grande parte do movimento sindical com o governo, tendo sido intensificados os espaços de interlocução, o que resultou na adoção de algumas políticas defendidas pelo movimento sindical, tais como o reconhecimento das centrais sindicais⁸, a política de valorização do salário-mínimo, a obstrução de importantes elementos da pauta flexibilizadora de direitos e a negociação de medidas anticíclicas para enfrentamento da crise de 2008.

O movimento sindical não conseguiu, no entanto, viabilizar elementos centrais da sua agenda, tais como a implementação de um modelo de desen-

⁷ Conferir Krein, J. Manzano, M., 2014.

⁸ Cf Galvão, 2012 e Araújo e Vêras de Oliveira, 2011.

volvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho, a redução da jornada de trabalho, a introdução de mecanismos legais contra a dispensa imotivada, entre outros. Em torno dessa agenda, o movimento sindical organizou sete jornadas nacionais e inúmeros eventos em Brasília (LADOSKY et. al., 2014: 75-76) que embora não tenham tido uma mobilização expressiva, contribuíram para avançar na interlocução com o governo.

Outro aspecto a ser destacado é a maior presença do movimento sindical nos espaços institucionais. Estes foram simultaneamente, segundo Araújo e Vêras de Oliveira (2011: 93), inéditos e de alcance limitado: "A participação sindical em espaços institucionais passou a ser uma importante frente de ação ao longo dos anos noventa, como vimos. A novidade trazida pelo governo Lula foi a de buscá-la, promovê-la, sob a referência do "diálogo social"". Muitos destes espaços não obtiveram acordo, tal como ocorreu na reforma da previdência, no Fórum Nacional do Trabalho, nos rumos da política econômica, enquanto que noutros foi possível construir entendimentos, como foi o caso nos fóruns de competitividade, o contrato nacional de referências para as obras do PAC, o fim do fator previdenciário, entre outros.

Relativamente à regulação do trabalho, Krein e Biavaschi (2015) apresentam um balanço de todas as medidas adotadas demonstrando a existência de movimentos contraditórios. Em geral, a proximidade com o governo contribuiu mais para vetar mudanças profundas demandadas pelas organizações patronais a partir dos anos 1990 do que para consagrar novos direitos.

No governo Dilma, em um contexto mais complicado, do ponto de vista econômico e político, a interlocução perdeu força e o movimento sindical se dividiu mais nas estratégias de ações conjuntas, que se expressaram na divisão das lideranças sindicais no processo eleitoral de 2014 e no debate sobre a regulamentação da terceirização. Posteriormente, a colocação em votação do PL 4330 (terceirização) pelo Congresso Nacional e as Medidas Provisórias 664 (pensão e aposentadoria) e 665 (seguro-desemprego e abono salarial), com forte rejeição entre os trabalhadores, abriu uma oportunidade para o movimento sindical se reconectar com a sociedade e estabelecer uma articulação com movimentos sociais na perspectiva resistir contra a destruição de direitos e da proteção.

Em torno dessa resistência, apesar de não ser objeto de estudo do presente texto, foram realizadas diversas mobilizações nacionais expressivas, relembrando as ações do final da década de 1980. Algo similar também ocorreu em 2001, quando o governo FHC tentou aprovar um projeto em que previa a prevalência do negociado sobre o legislado. Foi a primeira vez que o sindicalismo, no período, conseguiu criar um grande movimento de resistência e ampla unidade de ação, expressando também uma maior autonomia em relação ao Governo. Mas, com exceção desse movimento recente, o sindicalismo perde força política, que pode ser observada na queda acentuada da bancada sindical no Congresso Nacional⁹, na composição dos principais cargos da República

9 Segundo DIAP, em 2014, a bancada caiu de 83 para 46 sindicalistas entre a última e penúltima legislatura. É a

e no progressivo esvaziamento do Ministério do Trabalho e Emprego.

A análise da relação do sindicalismo com os governos do PT tem sido objeto de um extenso e polêmico debate (GALVÃO, 2014). Na perspectiva do presente texto, a relação das centrais com o governo é influenciada pelos embates políticos existentes na sociedade, o que faz com que parte do movimento sindical (especialmente CUT e CTB) seja parte do bloco que chegou ao poder, conforme argumenta Cardoso (2013), o que gerou uma estratégia cuidadosa de não fragilização do governo, mas que o levou a ter posições dúbias em muitos debates. Um outro bloco de centrais adotaram uma postura mais pragmática de crítica e apoio de acordo com o contexto político e aprovação do governo. Por último, encontram-se as centrais que possuem um discurso bastante crítico ao governo, tanto com posições mais à esquerda quando posicionamentos mais pragmáticos.

Assim, se no segundo governo Lula todas as centrais reconhecidas estavam na base de apoio, posteriormente verificou-se uma crescente divisão entre elas e as ações conjuntas tornaram-se mais raras no primeiro governo Dilma. Igualmente, apesar dos espaços de interlocução e negociação se terem mantido, a margem de manobra para a efetivação de acordos estreitou-se, criando um contexto com maior potencial de conflitualidade, como pôde ser observado nas posições das principais lideranças sindicais no final do governo Dilma.

Dimensão societal

O movimento sindical – apesar das mobilizações e da aproximação com outros movimentos sociais na luta de resistência ao PL 4330 e contra as medidas de retirada de direitos contidas na política de austeridade adotada pelo governo Dilma – perdeu força na sociedade brasileira nos últimos anos. Um primeiro aspecto que permite observar essa perda de influência reside na queda de confiança da população na instituição sindicato. Conforme pesquisa do IBOPE, a confiança cresceu expressivamente no começo da década, passando de 49% em 1997 para 62% em 2005, caindo para 44% em 2013.

Outro indicador refere-se às mobilizações. Apesar do crescimento do número de greves e de outras ações sindicais, as principais manifestações ocorridas no período não foram protagonizadas pelo sindicalismo, sendo inclusive desafiados nalguns casos, como ocorreu nas manifestações de 2011 nas grandes obras do PAC, na jornada de junho de 2013, em várias greves em 2014 (garis no Rio, motoristas de ônibus em Porto Alegre). Ao mesmo tempo é necessário ressaltar que ocorreu uma mudança recente, em que boa parte do movimento sindical – envolvendo Centrais com concepções políticas e relação com governo distintas - se unificou em uma luta defensiva contra a retirada de direitos e contra a política econômica de austeridade.

Historicamente, o sindicalismo buscou ampliar a sua agenda na perspec-

menor bancada desde 1988. Cf. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-01/com-bancada-sindical-reduzida-no-congresso-trabalhadores-temem-retrocesso>. Acesso 03/06/2015.

tiva de dialogar com a sociedade e uma articulação com outros movimentos sociais com vista a intervir no debate sobre os rumos do projeto de desenvolvimento do país. Na agenda interna, ocorreram muitas iniciativas de inclusão das questões de grupos específicos e da ampliação da cidadania (COLOMBI, 2013), tais como as questões de gênero, raça, ecologia, consumidor, acesso às políticas públicas de bem-estar social, com uma tendência da prevalência de temas mais específicos em detrimento dos de caráter mais universal (GONÇALVES, KREIN e MADI, 2009).

A construção de alianças/coligações com outras organizações sociais e populares, embora faça parte do patrimônio histórico do nosso sindicalismo, nem sempre se concretiza de forma estruturada e permanente. Em primeiro lugar pois por vezes não é concebida enquanto uma relação entre iguais, gerando tensões. Estas não inviabilizam ações conjuntas e espaços de construção de pautas coletivas, como ocorreu no âmbito do Fórum Social Mundial e nas manifestações recentes contra as medidas de austeridade. No entanto as articulações são sobretudo pontuais, não se verificando uma construção estratégica, pois na essência o movimento sindical tendeu a privilegiar no período as ações mais voltadas para as categorias. Apesar disso, grande parte do movimento sindical coloca na sua agenda as questões sociais mais gerais da sociedade, buscando disputar os rumos do desenvolvimento do país.

Ao movimento sindical, em suas diferentes matizes, se colocou a tarefa de disputar a hegemonia na sociedade. No período analisado, conseguiu barrar iniciativas de aprofundamento de flexibilização, especialmente no Congresso Nacional, mas não foi capaz de vocalizar as questões gerais dos trabalhadores na sociedade nem assumir um protagonismo na inclusão de uma pauta vinculada com as suas reivindicações históricas. Em outros termos, o sindicalismo se fortaleceu na representação das questões da defesa dos interesses econômicos e imediatos de sua base de representação, mas continuou perdendo espaço na sociedade como instituição capaz de expressar as demandas mais gerais dos setores empobrecidos da sociedade.

Considerações finais

As transformações na composição da classe trabalhadora, em um ambiente de globalização financeira muito desfavorável ao trabalho e à ação coletiva, colocam o desafio da reinvenção do movimento sindical. Neste sentido, o texto procurou trazer alguns elementos preliminares para descrever a experiência brasileira no período entre 2003 e 2013 que vivenciou, ao contrário da situação internacional, não somente uma fragilização do movimento sindical, mas também ações que o afirmaram junto à sua base de representação.

Trata-se, por isso, de uma experiência que apresenta sinais contraditórios. Por um lado, existe um conjunto de indicadores que evidenciam sinais de revitalização sindical, tais como: aumento das greves; elevação do número de sindicalizados, com redução da densidade; melhoria nas negociações

salariais; avanço nos espaços de interlocução com o Governo. Por outro lado, acumulam-se evidências da perda de força e importância do sindicalismo na sociedade, com o crescente descrédito da instituição sindical, a incapacidade de vocalizar um projeto de desenvolvimento do país que promova distribuição de renda e valorize o trabalho e a emergência de muitas mobilizações sociais e até trabalhistas sem o protagonismo dos sindicatos.

Apesar das condições de ação dos sindicatos terem melhorado, persistiu um arranjo legal e institucional - legitimado com o reconhecimento formal das centrais - que aprofundou a pulverização sindical, tanto na cúpula como na base, ou seja, novas centrais sindicais foram constituídas e cresceu o número de sindicatos e as disputas pelo controle dos aparelhos se intensificaram. Neste contexto, embora nos principais sindicatos se tenha verificado uma ampliação da agenda sindical incluindo demandas específicas de mulheres, jovens, aposentados, grupos étnicos e raciais, LGBT, ao mesmo tempo, as ações de solidariedade e de classe foram mais raras e sem grande envolvimento dos trabalhadores, as estratégias de inclusão de desempregados, terceirizados e informais apareceram com pouca relevância.

Enquanto a relação de assalariamento for predominante nas sociedades capitalistas, o sindicalismo não perderá o seu papel e relevância. De fato, não se conhecem sociedades democráticas e civilizadas sem a presença do movimento sindical. Subscrevemos Munck quando diz que “uma tese fundamental é que os trabalhadores e o movimento de trabalhadores são, e tornar-se-ão, cada vez mais centrais na nova ordem capitalista globalizante. O capitalismo está sendo reconstruído, o mesmo acontecendo com o mundo do trabalho e com as organizações de trabalhadores” (Munck, 2002: 51).

Desta forma, se a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo é desigual, a crise e renovação da ação sindical também o será. No período em análise, apesar de se terem verificado progressos ao nível das diversas dimensões de revitalização, subsistiram sinais de uma crise de projeto na medida em que o sindicalismo brasileiro perdeu protagonismo social mais amplo. O desafio da revitalização sindical dependerá sobretudo da sua capacidade de ação estratégica, procurando lidar com novos desafios e procurando incorporar novas demandas. São, pois, sobre as dimensões institucional e societal, que recaem os principais dilemas e as melhores perspectivas de revitalização.

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. (1995), *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez.

ARAÚJO, A. M. C. ; VERAS DE OLIVEIRA, R. V. (2011), “El sindicalismo en la era de lula: entre paradojas y nuevas perspectivas”. *Trabajo*. México, v.5, n.2. 83-112.

BALTAR, P.; KREIN, J. D. (2013), “A retomada do desenvolvimento e a regulação do Mercado do trabalho no Brasil”. *Caderno CRH*, v. 26, n.68, Salvador, BA:

maio/ago 2013.

BEHRENS, M.; HAMANN, K.; HURD, R. (2004), "Conceptualizing labour union revitalization". In C. Frege e J. Kelly (eds.), *Varieties of Unionism – strategies for union revitalization in a globalizing economy*, Oxford: Oxford University. 11-29.

BOITO Jr., A.; MARCELINO, P. (2010), "O Sindicalismo deixou a crise para trás? um novo ciclo de greves na década de 2000". *Caderno CRH*, Salvador, v.23, nº 59, Maio/Ago 2010, 323-338.

CARDOSO, A. M. (2003), *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*, São Paulo: Boitempo.

CARDOSO, A. M. (2013), "Para onde foram os sindicatos?", In J. D. Krein et al. (orgs.) *Regulação do trabalho e instituições públicas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 123-137.

COLOMBI, A.P. (2013), *Entre a fragmentação e a ação unificada: uma análise da atuação do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região durante os anos 2000*, Dissertação de Mestrado - Instituto de Economia. UNICAMP.

DIAS, H.; KREIN, J. D.; COLOMBI, A. P. (2015), "As centrais sindicais e a dinâmica do emprego". *Estudos Avançados USP*, 12/2015, 121-136.

DIAS, H.; FERNANDES, L. (2016), A greve geral de novembro de 2012 e os protestos anti-austeridade – análise a partir do caso português, *International Journal on Working Conditions*, No.11, June 2016, 37-54.

DUBAR, C. (2006), *A Crise das Identidades – a interpretação de uma Mutação*. Porto: Edições Afrontamento.

EBBINGHAUS, B.; VISSER, J. (2000), *Trade Unions in Western Europe since 1945*. London: Palgrave Macmillan.

FREGE, C.; KELLY, J. (2004) (eds.), *Varieties of Unionism – strategies for union revitalization in a globalizing economy*, Oxford: Oxford University Press.

FREGE, C.; KELLY, J. (2004a), "Union Strategies in Comparative Context", In C. Frege e J. Kelly, (eds.), *Varieties of Unionism - strategies for union revitalization in a globalizing economy*. Oxford: Oxford University Press. 31-44.

FREGE, C.; KELLY, J. (2004b), "Conclusions: varieties of unionism", In C. Frege e J. Kelly (eds.), *Varieties of Unionism - strategies for union revitalization in a globalizing economy*. Oxford: Oxford University Press. 181-195.

GALVÃO, A. (2012), "A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula", In A. Boito Jr.; A. Galvão (orgs.) *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Editorial, 187-222.

GALVÃO, A. (2014), "A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro". *Crítica Marxista*, 38, 103-117.

GONÇALVES, J. R. B.; KREIN, J. D.; MADI, M. A. C. (2009), "Bancos, bancários e representação sindical no Brasil contemporâneo", In XI Encontro Nacional da ABET, Campinas.

HALL, P. A.; SOSKICE, D. (2001) (eds.), *Varieties of Capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*, Oxford: Oxford University Press.

HURD, R. W. (1998), "Contesting the dinosaur image: the labor movement's search for a future". *Labor Studies Journal* (Winter 1998), 5-30.

HYMAN, R. (2001), *Understanding European Trade Unionism – between market, class and society*, London: Sage.

HYMAN, R.; GUMBRELL-McCORMICK, R.; BERNACIAK, M. (2015), *El Sindicalismo Europeo: de la crisis a la renovación?* Colección Cuadernos, núm 40. Madrid: Fundación 1º de Mayo.

KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. (2014), "As controvérsias das negociações coletivas nos anos 2000 no Brasil", In R. Vêras de Oliveira et al. (Orgs.) *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*, Belo Horizonte, MG: Fino Traço. 213-245.

KREIN, J. D.; MANZANO, M. (2014), *Notas sobre a formalização. Estudo de Caso: Brasil*. FORLAC, Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe.

KREIN, J. D.; BIAVASCHI, M. B. (2015), "Os movimentos contraditórios da regulação do trabalho no Brasil dos anos 2000". *Revista Cuadernos del Cendes*. Caracas (no prelo).

LADOSKY, M. H.; RAMALHO, J. R.; RODRIGUES, I. J. (2014), "A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000", In R. Vêras de Oliveira; M. A. Bridi; M. Ferraz (Orgs.), *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço. 61-85.

LAMBERT, R.; WEBSTER, E. (1988), "The re-emergence of political unionism in contemporary south africa?", In W. Cobbet e R. Cohen (eds.), *Popular Struggles in South Africa*. Trenton: Africa World Press, 20-41.

MOODY, K. (1997), *Workers in a lean world – unions in the international economy*, London: Verso.

MUNCK, R. (2002), *Globalisation and Labour – the new "great transformation"*. London: Zed Books.

SCIPES, K. (1992), "Understanding the New Labor Movements in the 'Third World': The Emergence of Social Movement Unionism". *Critical Sociology*, 19(2), 81-101.

SEIDMAN, G. (1994), *Manufacturing Militance: Workers' Movements in Brazil and South Africa, 1970-1985*, Berkeley: University of California Press.

VOSS, K.; SHERMAN, R. (2000), "Breaking the iron law of oligarchy: union revitalization in the american labor movement". *American Journal of Sociology*, 106 (2), 303-349.

WATERMAN, P. (1993), "Social Movement Unionism: a new model for a new world order". *Review*, 16(3), 245-278.

WEVER, K. S. (1998), "International Labor revitalization: enlarging the playing field". *Industrial Relations*, 37(3), July 1998, pp. 388-407.